

**Charles Stevan Prieto de Azevedo**

# **ELEMENTOS DE DIREITO EMPRESARIAL MODERNO**

**8ª Edição – Revista, Atualizada e Ampliada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2023

---

Visite nossos *sites* na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-263-0407-5**

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 –  
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351)223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

---

Azevedo, Charles Stevan Prieto de.

A994 Elementos de direito empresarial moderno./

Charles Stevan Prieto de Azevedo./ 8ª ed. – rev., atual. e  
ampl./ Curitiba: Juruá, 2023.

290p.

1. Direito empresarial. I. Título.

00010 873 2.04X17  
CDD 342 (22.ed.)

CDU 342

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>1 A EVOLUÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL</b> .....	15
1.1 CONCEITO.....	15
1.2 CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL .....	15
1.3 O DIREITO EMPRESARIAL NO BRASIL.....	16
1.4 A AUTONOMIA DO DIREITO EMPRESARIAL.....	16
1.5 FONTES DO DIREITO EMPRESARIAL.....	16
1.6 LEIS EMPRESARIAIS.....	16
1.7 OS USOS E COSTUMES.....	17
1.8 CARACTERÍSTICAS DO DIREITO EMPRESARIAL.....	17
1.9 AS ATIVIDADES EMPRESARIAIS .....	18
1.10 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS .....	19
1.11 DA CONTEXTUALIZAÇÃO DA EMPRESA.....	19
1.12 DIVISÃO DO DIREITO EMPRESARIAL .....	21
1.13 A RELAÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL COM OS DEMAIS RAMOS DO DIREITO .....	21
<b>2 O EMPRESÁRIO</b> .....	23
2.1 DEFINIÇÃO .....	23
2.2 ESPÉCIES DE EMPRESÁRIO .....	24
2.3 OBRIGAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS .....	25
2.4 REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO.....	25
2.5 MULHER CASADA EMPRESÁRIA.....	26
2.6 O MENOR EMPRESÁRIO .....	27
2.7 O INTERDITO .....	28
2.8 ATIVIDADES INCOMPATÍVEIS AO EXERCÍCIO DO COMÉRCIO.....	28
2.9 O ESTRANGEIRO EMPRESÁRIO: (ART. 55 DO DEC.-LEI 1.800/1996).....	29
2.10 PERDA DA CONDIÇÃO DE EMPRESÁRIO .....	29
2.11 AGENTES AUXILIARES DO EMPRESÁRIO.....	30

10	
<b>3</b>	<b>O ESTABELECIMENTO</b> ..... 33
3.1	DEFINIÇÃO ..... 33
3.2	NATUREZA JURÍDICA..... 35
3.3	PONTO EMPRESARIAL (TAMBÉM CHAMADO DE PROPRIEDADE EMPRESARIAL) ..... 36
3.4	A ALIENAÇÃO DO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL ..... 38
3.5	O IMÓVEL..... 40
3.6	TÍTULO DE ESTABELECIMENTO E INSÍGNIA ..... 40
<b>4</b>	<b>REGISTRO DAS EMPRESAS</b> ..... 43
4.1	LEGISLAÇÃO..... 43
4.2	ÓRGÃOS..... 43
4.3	OS LIVROS (ART. 1.179 DO CC)..... 46
4.3.1	Funções ..... 46
4.3.2	Espécies..... 46
4.3.3	Exibição dos Livros ..... 46
<b>5</b>	<b>O NOME EMPRESARIAL</b> ..... 49
5.1	DELIMITAÇÃO..... 49
5.2	ESPÉCIES ..... 49
5.3	REQUISITOS PARA A FORMAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL (ART. 34 DA LEI 8.934/1994 E INSTRUÇÃO NORMATIVA 116, DE 2011 DO DREI)..... 50
5.4	DIFERENÇAS ENTRE NOME EMPRESARIAL E MARCA ..... 51
<b>6</b>	<b>A SITUAÇÃO ESPECIAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE</b> ..... 53
6.1	DELIMITAÇÃO E LEGISLAÇÃO..... 53
6.2	O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)..... 56
<b>7</b>	<b>SOCIEDADES</b> ..... 59
7.1	DELIMITAÇÃO ..... 59
7.2	QUANTO AO RAMO..... 60
7.3	QUANTO AO TIPO ..... 60
7.4	QUANTO ÀS ESPÉCIES ..... 61
7.5	NATUREZA JURÍDICA DAS SOCIEDADES..... 61
7.5.1	Quanto ao Grau de Dependência da Sociedade em Relação aos Sócios, as Sociedades Poderão Ser ..... 61
7.5.2	Quanto ao Regime de Constituição e Dissolução da Sociedade, Poderão Ser ..... 62

7.6	RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS.....	62
7.7	SOCIEDADE SIMPLES.....	63
7.8	SOCIEDADE EMPRESÁRIA.....	65
7.9	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO (ART. 1.039 DO CC/2002).....	67
7.10	SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES (ART. 1.045 DO CC/2002).....	68
7.11	SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO – DESPERSONALIZADA .....	69
7.12	SOCIEDADE EM COMUM (DE FATO OU IRREGULAR) ART. 986 – DESPERSONALIZADA .....	70
7.13	SOCIEDADE LIMITADA.....	70
7.13.1	Delimitação .....	70
7.13.2	Pressupostos da Existência de uma Limitada.....	73
7.13.3	Responsabilidade Ilimitada.....	74
7.13.4	Expulsão do Sócio.....	74
7.13.5	Direito de Retirada .....	77
7.13.6	Administração .....	80
7.13.7	Órgãos Sociais.....	81
7.13.8	Nome Empresarial.....	85
7.13.9	Contrato Social.....	85
7.13.10	Deliberações Sociais .....	89
7.14	SOCIEDADE ENTRE CÔNJUGES.....	90
7.15	A SOCIEDADE ESTRANGEIRA (ART. 1.134) E NACIONAL (ART. 1.126).....	91
7.16	DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE – 3 FASES .....	92
7.17	SOCIEDADE COOPERATIVA.....	93
7.18	SOCIEDADES COLIGADAS.....	94
7.19	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO.....	94
7.20	SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA .....	95
7.21	SOCIEDADES ANÔNIMAS OU COMPANHIAS (LEI 6.404/1976)....	96
7.21.1	Delimitação .....	96
7.21.2	Princípios.....	97
7.21.3	Características Específicas.....	97
7.21.4	Espécies (Art. 4º da LSA).....	98
7.21.5	Constituição.....	101
7.21.6	Capital Social .....	103
7.21.7	Órgãos Sociais.....	104
7.21.8	O Administrador (Arts. 153 e Seguintes).....	108
7.21.9	O Acionista Controlador (Arts. 116 e Seguintes da LSA).....	109

7.21.10	Acordo de Acionistas (Art. 118).....	110
7.21.11	O Acionista.....	110
7.21.12	Ações.....	111
7.21.13	Títulos Mobiliários.....	113
7.21.14	Dissolução da Companhia.....	118
7.22	SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL (SAF).....	119
7.23	SOCIEDADE SUBSIDIÁRIA INTEGRAL – ART. 251 DA LSA.....	120
7.24	SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES (ART. 1.090 DO CC).....	121
7.25	OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	121
<b>8</b>	<b>CONTRATOS EMPRESARIAIS.....</b>	<b>125</b>
8.1	CONCEITO.....	125
8.2	PRINCÍPIOS QUE REGEM OS CONTRATOS.....	125
8.3	ESPÉCIES DE CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	128
8.3.1	Contrato de Arrendamento Mercantil ou <i>Leasing</i> .....	128
8.3.2	Alienação Fiduciária em Garantia.....	131
8.3.3	Faturização ( <i>Factoring</i> ).....	136
8.3.4	Contratos Intelectuais (Propriedade Intelectual): Lei 9.279/1996.....	138
8.3.5	Franquia Empresarial ( <i>Franchising</i> ).....	141
8.3.6	Contrato de Compra e Venda Mercantil.....	146
8.3.7	Contrato de Cartão de Crédito.....	147
8.3.8	Contrato de Mandato Mercantil.....	149
8.3.9	Contrato de Comissão Mercantil.....	149
8.3.10	Contrato de Abertura de Crédito.....	150
8.3.11	Contrato de Vendas sobre Documentos (Arts. 529 ao 532 do CC).....	152
8.3.12	Contrato de Mútuo – Arts. 586 ao 592 do CC.....	152
8.3.13	Contrato de Depósito (Arts. 627 ao 652 do CC).....	153
8.3.14	Contrato de Representação Comercial: Lei 4.886/1965.....	154
<b>9</b>	<b>TÍTULOS DE CRÉDITO.....</b>	<b>157</b>
9.1	DELIMITAÇÃO.....	157
9.2	PRINCÍPIOS.....	158
9.3	FORMALISMOS NOS TÍTULOS DE CRÉDITO.....	159
9.4	PRINCÍPIO DA INOPONIBILIDADE DAS EXCEÇÕES PESSOAIS.....	160
9.5	CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO.....	161
9.6	CATEGORIAS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO.....	162

9.7	EXEMPLOS DE TÍTULOS DE CRÉDITOS TÍPICOS.....	163
9.7.1	Letra de Câmbio (Decreto 2.044/1908 e Decreto 57.663/1966)...	163
9.7.2	Nota Promissória (Decreto 2.044/1908 e Decreto 57.663/1966)..	167
9.7.3	Duplicata (Lei 5.474/1968).....	168
9.7.4	Cheque (Lei 7.357/1985).....	175
9.7.5	Conhecimento de Depósito e <i>Warrant</i> (Garantia).....	179
9.7.6	Cédulas de Crédito em Geral.....	180
9.7.7	Cédula de Crédito Bancário.....	183
9.7.8	Operações Cambiárias.....	185
9.7.8.1	Aceite.....	185
9.7.8.2	Endosso.....	187
9.7.8.3	Protesto.....	189
9.7.8.4	Aval.....	194
<b>10</b>	<b>FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL.....</b>	<b>199</b>
10.1	DELIMITAÇÃO.....	199
10.2	FALÊNCIA.....	199
10.2.1	Pressupostos.....	200
10.2.2	Caracterização do Estado de Insolvência (Jurídica).....	201
10.2.3	Legitimidade Passiva.....	202
10.2.4	Legitimidade Ativa (Art. 97).....	203
10.2.5	Excluídos (Art. 2º).....	204
10.2.6	Juízo Competente (Art. 3º).....	204
10.2.7	Juízo Universal da Falência (Art. 76 da LRF).....	205
10.2.8	Da Verificação e da Habilitação de Créditos.....	206
10.2.9	Fases da Falência.....	209
10.2.10	Procedimento.....	209
10.2.11	Liquidação da Falência.....	213
10.2.12	Pedido de Reabilitação do Falido (Art. 158).....	213
10.2.13	Ministério Público.....	214
10.2.14	O Administrador Judicial.....	214
10.2.15	O Falido.....	217
10.2.16	Prosseguimento da Empresa.....	219
10.2.17	Pedido de Restituição e Embargos de Terceiro.....	219
10.2.18	Atos Ineficazes e Atos Revogáveis.....	220
10.2.19	Ação Revocatória.....	220
10.2.20	Os Contratos do Falido (Art. 117).....	221
10.2.21	Efeitos da Falência em Relação aos Credores.....	221
10.2.22	Preferência de Créditos.....	222

10.2.23	Órgãos na Falência.....	223
10.3	RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	224
10.3.1	Delimitação.....	224
10.3.2	Requisitos: Art. 48.....	225
10.3.3	Legitimidade para Requerer: Parágrafo Único do Art. 48.....	226
10.3.4	Os Credores na Recuperação Judicial.....	227
10.3.5	Meios de Recuperação Judicial.....	229
10.3.6	O Processamento do Pedido.....	230
10.3.7	Encerramento da Recuperação Judicial.....	242
10.3.8	Órgãos da Recuperação Judicial.....	243
10.3.9	O Administrador na Recuperação Judicial.....	245
10.3.10	O Gestor Judicial (Art. 65).....	247
10.3.11	A Situação das Micro e Pequenas Empresas (Art. 70).....	247
10.3.12	A Situação Especial do Produtor Rural (Art. 70-A).....	248
10.4	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL (ARTS. 161 E SEGUINTE)....	249
10.4.1	Delimitação.....	249
10.4.2	Requisitos Subjetivos e Objetivos.....	249
10.4.3	Formas de Homologação Judicial.....	250
10.4.4	Credores Excluídos dos Efeitos da Recuperação Extrajudicial (§ 1º do Art. 161).....	251
10.5	DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO (ART. 20-A AO ART. 20-D) ....	251
10.6	DA INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL (ARTS. 167-A A 167-Y)....	252
10.7	DISPOSIÇÕES PENAIS.....	263
<b>11</b>	<b>O DIREITO EMPRESARIAL E ALGUNS REFLEXOS JUNTO AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/2015) .....</b>	<b>267</b>
11.1	AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	267
11.2	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	272
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>275</b>
	<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>277</b>